



# Anais da Assembléia

N.º 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Curitiba, 02 de agosto de 1982.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Neltin Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 86/82

*Prop. 75/82*

Curitiba, 02 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 14 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de AMAPORÃ, BOA ESPERANÇA, FRANCISCO ALVES e ICARAÍMA, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 87/82

*Prop. 76/82*

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 14 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTO PARANÁ, BARBOSA FERRAZ, CIANORTE, MOREIRA SALLES e SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado.

Mensagem 88/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Foz do Iguaçu as áreas de terreno que especifica, havidas pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 3.010, às fls. 38 e 39, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

As áreas de terreno cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis serão utilizadas, conforme esclarecimentos prestados pelo Sr. Prefeito Municipal, exclusivamente na construção de residências para famílias de baixa renda, fato este que, por si só, demonstra que a medida proposta consulta plenamente aos interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que o anteprojeto de lei em causa merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Foz Iguaçu, duas áreas de terreno constituídas de partes do lote suburbano n.º 02 (dois), situado na parte Sul do Patrimônio Municipal, no referido município, medindo 46.300,00 m² e 36.162,54 m², objeto da transcrição n.º de ordem 3.010, às fls. 38/39, do Livro 3-D, do Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — As áreas de terreno objeto do artigo anterior, destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda e construção de um asilo para velhos, respectivamente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mensagem 89/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de

Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 30 de junho de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de SÃO JOÃO DO TRIUNFO, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 90/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 03 de junho de 1982 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de GRANDES RIOS, MANDAGUAÇU, MOREIRA SALLES, RIBEIRÃO CLARO e TAPIRA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 91/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 29 de junho de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de COLOMBO, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 92/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do primeiro Termo Aditivo datado de 03 de junho de 1982 e do segundo Termo Aditivo datado de 22 de junho de 1982, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, respectivamente, entre os Municípios de MARIALVA e RIBEIRÃO CLARO, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 93/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 17 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

Mensagem 94/82

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1982, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 138/82, celebrado em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de LONDRINA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1982.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 138/82 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS A SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E O MUNICÍPIO DE LONDRINA.**

Aos doze dias do mês de julho do ano de 1982, o Estado do Paraná através a Secretaria de Estado dos Transportes, representada por seu titular, engenheiro NIVALDO ALMEIDA NETO, o Município de LONDRINA, por seu Prefeito Municipal, Senhor ANTÔNIO DEL CIEL, doravante denominados, respectivamente, "SETR" e "MUNICÍPIO", tendo em vista a autorização governamental contida no expediente sob prot. n.º 1831/82-P.G.E., resolvem celebrar o presente Aditamento ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 138/82, celebrado em data de primeiro de fevereiro de 1982, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 1267, de 12 de abril de 1982, que tem por objeto a execução do Programa Especial Para Melhoramento de Estradas Intermunicipais Para escoamento das Safras - PROSAFRAS/1982, o qual se regerá mediante as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

Fica o valor do Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 138/82, constante da Cláusula Segunda, e estabelecido em Cr\$ 1.464.000,00 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), acrescido em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para aplicação em Serviços na Rede Viária, em estradas municipais, perfazendo assim o global de Cr\$ ... 6.464.000,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Os recursos necessários ao cumprimento do encargo constante da Cláusula Primeira correrão à conta da verba: Unidade 3706 - CPMT, Projeto 1874, PROSAFRAS - Elemento 31323100, conforme N.E. n.º 37200978.

**CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO.**

Permanecem inalteradas e são ora ratificadas em todos os seus termos as demais Cláusulas do Instrumento em aditamento e que não venham colidir com o convencionado no presente.

E por assim haverem justo e acordado, lavrou-se este Termo em três vias de igual teor e validade, as quais, após lidas e achadas conforme, vão assinadas pelas partes e testemunhas participantes do ato.

(a) NIVALDO ALMEIDA NETO  
Secretário de Estado dos Transportes  
ANTÔNIO DEL CIEL  
Prefeito Municipal de Londrina  
(Testemunhas - ilegíveis)

MENSAGEM 95/82 *prop. 82/82*

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de primeiros Termos Aditivos datados de 20 de julho de 1982 a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana:

Município	data do convênio aditado
ITAMBÉ	11/02/82
LOBATO	09/03/82
MOREIRA SALLES	09/03/82
XAMBRE	11/02/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

MENSAGEM 96/82 *X*

Curitiba, 03 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa dar nova redação e acrescentar novo parágrafo ao art. 55 da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980.

A medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que ensejará melhor equacionamento à concessão da vantagem paga aos integrantes da Polícia Militar, para aquisição de fardamento. Tal benefício, após aprovação da presente proposição, passará a ser concedido através de instrumentação legal mais adequada, permitindo inclusive, valores mais elevados, que serão fixados em decreto do Governador do Estado em até doze por cento do respectivo soldo.

Por outro lado, vale ressaltar que a pretendida sistemática compatibilizará quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, a arrecadação de verbas específicas com as reais necessidades da referida Corporação, no que respeita ao fardamento de seus integrantes.

Certo de que o anteprojeto proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ 94/82**  
**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º – O Artigo 55, da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, alterado pela Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980, passa, acrescido de novo parágrafo, a ter a seguinte redação:

“Art. 55 – O Policial Militar faz jus à importância equivalente a até 12% (doze por cento) sobre o soldo, para aquisição de fardamento.

§ 1.º – Observado o limite máximo estabelecido no “caput” deste artigo, o percentual para cálculo da referida importância será fixado pelo Governador do Estado, mediante Decreto, por proposta do Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2.º – A quantia devida na conformidade deste artigo será retida e recolhida ao Conselho Econômico e Financeiro da Corporação, que a movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 97/82 *X*

Curitiba, 06 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Através das Mensagens 51/82, de 20 de abril de 1982 e 75/82, de 07 de junho do mesmo ano, foram propostas modificações de dispositivos da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado), com vistas, entre outras providências, a alterar os percentuais de gratificação de Função Policial-Militar, estabelecidos pela referida

Lei n.º 6417/73 e modificados pela Lei 7434, de 29 de dezembro de 1980.

Este novo expediente que formulo sobre tal matéria, é, Senhor Presidente, decorrência de reexame procedido pelos órgãos competentes da Administração, em razão da reivindicação de policiais militares no sentido de que não haja distanciamento entre a remuneração desses policiais e a dos que integram os quadros da Polícia Civil, cuja correspondência salarial ao longo dos tempos vem sendo mantida, tornando-se, com isso, tradicional forma de ser dado trato ao assunto.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de que a matéria em causa seja apreciada por essa augusta Casa, na forma do anexo anteprojeto de lei, devendo, conseqüentemente, haver arquivamento das mencionadas Mensagens n.ºs 51/82 e 75/82.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os percentuais da Gratificação de Função Policial-Militar, estabelecidos pela Lei 6417, de 03 de julho de 1973 e modificados pela Lei 7434, de 29 de dezembro de 1980, ficam alterados, passando a vigorar na seguinte forma:

- 1) 55% (cinquenta e cinco por cento) do soldo:  
Curso Superior de Polícia;
- 2) 50% (cinquenta por cento) do soldo:  
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- 3) 45% (quarenta e cinco por cento) do soldo:  
Curso de Especialização de Oficiais ou Equivalente;
- 4) 40% (quarenta por cento) do soldo:  
Curso de Formação de Oficiais;  
Curso de Oficiais de Administração;
- 5) 35% (trinta e cinco por cento) do soldo:  
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou Equivalente;
- 6) 30% (trinta por cento) do soldo:  
Curso de Especialização de Sargentos ou Equivalente;
- 7) 25% (vinte e cinco por cento) do soldo:  
Curso de Formação de Sargentos;  
Curso de Especialização de Praças de Graduação inferior a Terceiro Sargento.

Art. 2.º — A Tabela de Escalonamento Vertical estabelecida pelo Art. 118 da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, modificada pelas Leis n.ºs 6839, de 22 de novembro de 1976 e 7540, de 08 de dezembro de 1981, fica alterada, passando a vigorar, para as categorias abaixo, os índices a seguir fixados:

#### III — Oficiais Subalternos:

- a) Primeiro Tenente PM — Índice 633
- b) Segundo Tenente PM — Índice 561

Art. 3.º — O Art. 93 da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, modificado pelo Art. 1.º da Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 — O adicional de inatividade de que trata o item 3 do Art. 78, é calculado e pago mensalmente sobre o respectivo provento de inatividade quando o Policial Militar contar com 30 (trinta) ou mais anos de serviço, nas seguintes condições:

- 1) 10% (dez por cento) para Oficiais Superiores;
- 2) 2% (dois por cento) para os demais Oficiais e Praças da Corporação”.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício.

Sob o número 073/82, do Senhor Deputado PAULO

LUSTOSA, Presidente na Câmara dos Deputados, da Comissão de Defesa do Consumidor, no qual encaminhou a este Poder Legislativo, ratificação dos Termos do Ofício número 220/81, de 12 de agosto de 1981, através do qual foi dado conhecimento a este órgão da criação de uma Comissão de Defesa do Consumidor, recurso utilizado por essa Câmara dos Deputados, com o objetivo de proteger o interesse do povo brasileiro, alvo de constantes e incidiosos assaques de industriais e comerciantes inescrupulosos.

A tarefa da Comissão abrange desde a investigação do conjunto de denúncias qualificadas que lhe cheguem sob a perspectiva do consumidor enquanto o contribuinte do erário público, até a elaboração de um anteprojeto de código do consumidor, disciplinando a matéria de modo a prever ocorrências e respectiva sanções.

Propor ações legislativas visando à defesa do universo de consumidores, que engloba todo o povo brasileiro, constitui a atividade final da Comissão, aquela que justifica em última análise, a sua existência, conferindo-lhe a desejável eficácia.

O funcionamento de um “bureau” de denúncias viabilizará os trabalhos de captação das irregularidades verificadas na área, tornando-se imprescindível, para o êxito dessa tarefa, a colaboração das associações de defesa do consumidor. A divulgação dos estudos e providências adotadas será largamente empregada, por se constituir em fator de incentivo à participação dos beneficiários e à sua valiosa contribuição para o êxito da iniciativa.

Tendo em vista a conveniência e a oportunidade da medida, permito-me reiterar a sugestão feita a esse Legislativo na aludida correspondência, no sentido de encampar a idéia, criando nesta Assembléia Estadual, Comissão com idêntica finalidade. A sociedade apreciará, estou certo, esta demonstração de zelo pelos seus fundamentais interesses.

#### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de louvor à Seleção Paranaense Juvenil de Futebol de Salão, em virtude do Título de Vice-Campeão Brasileiro Juvenil de Futebol de Salão, conquistado no último dia 31 de julho, em Fortaleza - CE.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Com muito trabalho e esforço por parte dos atletas e dirigentes, o futebol paranaense esteve representando magnificamente o nosso Estado, numa das maiores festas futebolísticas de todos os tempos, realizada no último dia 31 de julho, em Fortaleza - Ceará.

Devemos salientar que o Futebol de Salão trouxe a meses atrás, o Título de Campeão Mundial, fato inédito no Salão Brasileiro.

Orgulhamo-nos do trabalho incansável do Presidente Jorge Kudri, bem como fazemos um apelo desta tribuna, para que haja maior incentivo por parte das autoridades ao nosso esporte, que provou com muita honradez e disciplina, que estamos muito bem representados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Finanças, encaminhando denúncias de arbitrariedades praticadas em ITAPEJARA D'OESTE, pelo Agente de Rendas daquele município e

solicitando sejam adotadas as medidas necessárias para instauração de sindicância a fim de coibir medidas desta natureza e responsabilizar o autor pelo abuso de poder.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA.

É comum, naquele município, agricultores residentes na área rural, em sistema de rodízio, promoverem o abate de animais para consumo próprio.

Tal procedimento, visa, além de obterem para si carne de melhor qualidade, buscam ainda aqueles agricultores fugirem da extorsão dos intermediários que adquirem o gado a preços irrisórios levando à mesa do consumidor a preços excessivos.

Ora, tal procedimento não configura nenhuma atividade comercial, portanto não caracteriza também em ato de sonegação fiscal, portanto a autoridade fazendária de Itapejara D'Oeste, representada pelo Sr. Antônio Zair Estival, chefe da Agência de Rendas do município, em sua precipitada ação, gerou justas revoltas ao proprietário do animal e seus vizinhos que, além de perder a rês abatida, foi agredido moralmente e humilhado pelo mencionado funcionário.

Tais abusos devem ser contidos, instaurando-se competente sindicância a fim de resguardar os direitos do nosso homem do campo, o maior responsável pelo progresso e pela produção de riquezas necessárias ao desenvolvimento do Estado e da Nação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, solicitando informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil, respondendo às seguintes indagações:

1. Informar se a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios mantém contrato de "leasing" ou qualquer tipo de arrendamento mercantil com o BANESTADO LEASING, ou qualquer outra empresa financeira.
2. Em caso positivo, desejáramos saber o seguinte:
  - a) se existe alguma aeronave objeto de contrato?
  - b) quando foi assinado o referido contrato?
  - c) Prefixo da aeronave.
  - d) Qual a finalidade de manter tal aeronave?
  - e) quem usa a referida aeronave.
  - f) quantas horas foram voadas pela aeronave, objeto do referido contrato desde a assinatura do contrato até a presente data?

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Assessor da Fazenda, Ilustríssimo Sr. Presidente do Banco Central do Brasil.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na Súmula, solicitando urgentes providências quanto ao problema do elevado percentual da quebra da safra de soja de 1981/82, conforme telegrama do Ilustríssimo Sr. Guntolf Van Kaick, MD. Presidente da OCEPAR.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1982.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que o elevado

percentual de quebra de safra de soja, ocasionou prejuízos às cooperativas, uma vez que recebem 60 por cento da safra produzida no Estado. Dentro desse quadro de fatos, os produtores cooperativados do Paraná, reivindicam:

- 1) Permitir que os produtores possam reter 20 por cento do valor da safra de soja, como forma de possibilitar a manutenção familiar;
- 2) Prorrogação dos financiamentos de custeio e investimentos pelo menos por mais um ano;
- 3) Financiamento de 100 por cento do custeio de soja da próxima safra (82/83), independente do enquadramento dos produtores (mini, pequenos, médios ou grandes);
- 4) Que os EGF's de semente de soja sejam contratados com base em 100 por cento da produção, efetivamente recebida pelas cooperativas e não apenas em 80 por cento como vem ocorrendo.

Os produtores cooperativados esperam o apoio das autoridades devidos ao caso em tela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, solicitando informações sobre a participação da TELEPAR nas listas telefônicas publicadas pela empresa GTB, respondendo às seguintes indagações:

1. Porque a empresa Guias Telefônicos do Brasil S/A — GTB tem o monopólio para publicação de listas telefônicas no Paraná?
2. Qual a participação da TELEPAR — Telecomunicações do Paraná S/A nos lucros e nas despesas decorrentes de anúncios inseridos nas listas telefônicas de propriedade daquela empresa?
3. Os anúncios da TELEPAR são pagos? Em caso afirmativo, especificar o montante.
4. Quanto gastaram as empresas e órgãos públicos do Estado com anúncios e inserção nas listas telefônicas no exercício de 1981? Individualizar os gastos de cada um.
5. Quanto vai ser gasto por cada órgão, ao mesmo título, no exercício de 1982?
6. Quanto vão gastar cada órgão ao mesmo título, no exercício de 1983?
7. Se houve aumento de um exercício para outro, quais as razões que determinaram a elevação?
8. Em caso positivo, ainda, informar a elevação em centímetros quadrados de cada exercício.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1982.

(a) EDILSON ALENCAR

#### JUSTIFICATIVA:

A publicação de anúncios e inserção nas listas telefônicas que dia a dia vem aumentando as despesas públicas, sem o necessário retorno. Sendo a publicação de endereço obrigação legal da concessionária do serviço, e sendo o serviço público atividade sem concorrência, o gasto por vezes vultoso com qualquer publicidade de tal tipo, só onera o erário público, sem qualquer vislumbre de vantagem, quer para o Estado, quer para o público, em prejuízo de investimentos em áreas mais carentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 51/82, por duas (02) sessões.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em Plenário do Sr. Milton Luiz Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Campina da Lagoa, do Sr. Antathamal Carlos Neto, Vereador, e do Sr. Pedro Borocotti.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao postular uma cadeira no Legislativo Estadual em 1978, distribui aos meus companheiros e eleitores um folheto onde expunha a minha crença e o meu objetivo em política.

Acreditava e continuo acreditando que a democracia é o único sistema político capaz de oferecer ao ser humano condições dignas de vida e de participação.

Acreditava e acredito na livre iniciativa como único meio capaz de oferecer aos cidadãos condições de progresso e, ao País, uma melhor circulação e distribuição de riquezas.

Ao assumir a cadeira de Deputado em março de 1981, uma vez que ficara como suplente, lembro-me de haver pronunciado um discurso onde disse que assumia consciente da minha origem e das minhas responsabilidades e que não titubearia em defender os princípios que sempre nortearam minha vida pública.

Continuo acreditando que somente o fortalecimento do municipalismo e a diminuição da intervenção do Governo na economia, propiciará a retomada do ritmo de desenvolvimento de que o País e o povo brasileiro precisam.

Quando o Governador Ney Braga, decidiu criar a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, percebi, que era esse o instrumento de que necessitava o Governo, para, realmente, promover o fortalecimento dos municípios.

Tanto isso é verdade que, em apenas 10 meses de existência, a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, havia proporcionado nada menos que 1.000 obras em todos os municípios do Paraná.

Com o passar do tempo uma nova realidade começou a preocupar os prefeitos e os políticos. Nem só de obras necessita um município. A cada nova obra, surgem novas necessidades de manutenção, conservação, pessoal etc..

Com as constantes altas de materiais de consumo, energia, telefone, e os reajustes salariais do funcionalismo público municipal, as finanças dos municípios foi se esgotando e sua arrecadação foi prejudicada com a queda de arrecadação do ICM de forma a colocar a maioria dos municípios paranaenses em estado de pré-falência.

Ainda ontem estiveram em audiência com o Governador José Hosken de Novaes, prefeitos da microrregião 12-COMCAM, ocasião em que expuseram a Sua Excelência, a difícil situação dos municípios. Alguns já não têm condições de movimentar suas máquinas e veículos por exclusiva falta de recursos para reparos e compra de combustíveis; outros encontram-se com o pagamento do funcionalismo em atraso; quase todos estão com o pagamento de seus fornecedores também atrasados.

Como administrar sem recursos?

Sei que o Governo do Estado está também muito preocupado com essa situação e acredito até que as finanças do Estado também estejam sofrendo as consequências da recessão, ou melhor, dizendo, da estagflação; no entanto, essa situação não pode persistir.

Alguma medida tem que ser tomada. Urge que se crie um programa de atendimento aos municípios; que transfira aos municípios um maior volume de recursos para manutenção e custeio.

Não podemos ficar assistindo a agonizante situação dos municípios, enquanto o Governo Federal, mantém o ritmo de suas obras e cria novos encargos, como o FINSOCIAL, sem explicar como pretende devolver aos municípios sua cota.

Impõe que se proceda, imediatamente, uma reforma tributária capaz de oferecer aos municípios e ao Estado, as condições mínimas de sobrevivência.

Continuo acreditando que somente com um sistema municipalista forte e com a liberdade de iniciativa, conseguiremos continuar construindo uma Nação livre, soberana e democrática.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje publicam o pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, ilustre Líder do PDS nesta Casa, com respeito a um problema de água que nós solicitamos para a populosa "Colônia Francesa", da cidade de Palmeira, pedido que nós encaminhamos através da Mesa, já em 06 de outubro de 1981.

Os moradores da Colônia Francesa, da cidade de Palmeira, desesperados, nos procuraram para que tomássemos uma providência com respeito a extensão da rede de água, porque, com a seca, eles estavam tendo necessidade de transportar água de mais de dois quilômetros de distância. E eles já haviam encaminhado abaixo-assinado para, através do Prefeito Municipal, já há algum tempo e eles ainda não tinham tido nenhuma solução para o assunto.

Então, nos fizeram o apelo para que nós, desta tribuna, fizéssemos o apelo. E o encaminhamos já em 1981.

Este ano, voltamos a visitar a Colônia e constatamos que nada havia sido feito, que nenhuma providência havia sido tomada com respeito ao assunto. E os moradores continuavam com o problema angustiante.

Retornando a esta Casa, fizemos um novo apelo.

Agora, chegamos à mesma localidade e constatamos que alguma coisa se iniciou. Mas, acontece que já o Sr. Prefeito Municipal, com um candidato a candidato a tiracolo, reuniu alguns líderes da comunidade e se propõe a executar o serviço mas já cobrando, dos usuários, dos proprietários, a importância de quatorze mil cruzeiros para executar o serviço.

Nós, diante deste novo fato, esperamos que se chegasse a uma conclusão concreta.

Agora, o ilustre Líder vem desfazer, querer desfazer o nosso trabalho; queremos dizer o seguinte: o ofício que foi apresentado — como diz a imprensa — pelo ilustre Líder, ou foi forjado nos escalões da administração pública, onde medra a corrupção, ou então o Sr. Prefeito Municipal, se fez a solicitação, efetivamente, está totalmente desprestigiado, ou então, foi um pedido apenas "para inglês ver", ou para enganar o povo de que estava realmente tomando uma providência para solução do problema que, realmente, era angustiante.

Nós cumprimos a nossa obrigação. Viemos, através de requerimento, solicitar uma providência. Fizemos o que nos competia fazer, como representante do povo da cidade de Palmeira.

Agora, quanto à execução dos serviços, esse não é da nossa alçada e sim de quem tem a incumbência de administrar a cidade pública.

Portanto, Sr. Presidente, queria deixar registrado esse fato aqui, a nossa posição séria, correta, com respeito ao assunto e dizer que não nos conformamos que um problema de tão fácil solução pudesse ficar por tanto tempo, paralisado. Como paralisado está a reconstrução do muro da cadeia pública da cidade de Palmeira, que há dois anos está obstruindo a passagem da via pública, apesar de termos solicitado providências para que aquele muro fosse recomposto, e, também, a própria cadeia pública que, chove mais dentro do que fora!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi, atentamente, as explicações do nobre Deputado Lineu Turra e me cabe dizer, em complementação, que eu não sou o candidato que o Prefeito levou a tiracolo; apenas, como Líder do PDS nesta Casa, atendi a uma solicitação do prefeito, um prefeito que não tem um Deputado representando a região, porquanto o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, hoje licenciado desta Casa e exercendo as funções de Secretário de Estado, é quem representava o Município de Palmeira, nesse município; e também, não nego o direito de o Deputado Lineu Turra apresentar quantas reivindicações lhe sejam encaminhadas pelo povo de Palmeira, é a função, é a obrigação, é o dever do nobre Deputado, que, realmente, tem sido operoso, diligente, nesta Casa, agora, a bem da verdade, Sr. Presidente, nós precisamos que os Anais registrem esse Ofício dirigido pelo Secretário Osires Stenghel Guimarães, ao Prefeito de Palmeira, que diz assim:

“Sr. Prefeito.

Registramos o recebimento do seu ofício n.º 176/82, contendo reivindicação relativa à extensão da rede de água na Colônia Francesa, nesse município. A respeito, ratificamos os termos do nosso Ofício de 31 de agosto de 1981, que respondeu o seu Ofício 272/81, pertinente à solicitação ora enfocada, a qual, ressaltamos, foi realmente formulada bem antes do pedido do Sr. Deputado Lineu Turra.

Cumpra informar, igualmente, que, a Colônia Francesa está incluída no plano de expansão de rede e melhoria do sistema, de Palmeira, sendo que o relatório preliminar do projeto técnico já se encontra no BNH, para apreciação.”

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, apenas eu fui o portador, eu não quero me envolver em brigas internas, brigas políticas internas do Município de Palmeira, eu estou aqui, apenas atendendo a uma solicitação do Deputado Luiz Roberto Soares, representante daquele Município e ora licenciado, que lhe fora encaminhado pelo Prefeito Baptista Cherubin, de Palmeira! Apenas isto. Não quero entrar no mérito de muro caído, se a iniciativa foi furtada, ou não foi, a iniciativa do Prefeito, eu não quero entrar nesse mérito, eu apenas cumpro o meu dever e, “mato a cobra e mostro o pau”, Sr. Presidente, está aqui, é um Ofício do Secretário, está aqui, eu tenho que acreditar no que estou lendo.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sr. Deputado, a Mesa informa o nobre Deputado, que não é permitido aparte no Pequeno Expediente.

Está com a palavra, o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Merece-me tanto respeito o nobre Deputado Lineu Turra, que eu faço um apelo a Vossa Excelência que passe por cima do Regimento Interno porque eu desejo conceder aparte ao nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Lamento, nobre Deputado, de acordo com o Regimento não é permitido aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É que eu tenho muita consideração, muito respeito pelo nobre Deputado, e não chegaria a chamá-lo de “rato de igreja”, porque aqui em Curitiba há um Vereador, lamentavelmente, do meu partido, que é “rato de igreja”; todos sabem o que significa “rato de igreja”, é aquele que furta as iniciativas alheias. Não, não chegarei ao ponto de chamá-lo, absolutamente! Porque à nossa Bancada na Câmara Municipal de Curitiba - PDS — existe um Vereador que costuma se assenhorar das iniciativas de seus colegas. Não chegaria ao ponto de qualificá-lo, porque conheço o caráter, a postura, o comportamento, a lisura, o patriotismo, o espírito público do nobre Deputado de Palmeira, então, eu não chegaria a esse ponto, apenas cumpro o meu dever, minha obrigação, só isto, Sr.

Presidente! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muitas e muitas vezes, e não é de hoje ou de ontem, tem sido ponderada a importância que tem o xisto betuminoso como alternativa para o petróleo, sempre tendo em mente que é um artigo nosso, um produto nacional. Já há mais de um decênio, técnicos implantaram aqui no Paraná, em São Mateus do Sul, a usina para promover efetivamente a industrialização do xisto. Não há dúvida de que nos tempos em que o petróleo importado era mais barato do que água mineral, era natural, tendo em vista a imprevidência habitual de países latino-americanos e a política energética do País, que tais idéias não viessem ser colocadas em prática para obter essas alternativas energéticas.

Entretanto, diante da situação que se tornou patente a partir, principalmente de 1974, o Petro-Six, passou a ser tomado a sério pelas autoridades. Antes tarde do que nunca, vale acrescentar. A PETROBRÁS, ente prodigioso da administração nacional que consegue ao mesmo tempo ser empresa pública e dar lucros, incumbiu-se do assunto.

São Mateus do Sul foi escolhida para a sede da supra citada usina. Entretanto, agora o Presidente da poderosa estatal anuncia que o projeto foi adiado por falta de recursos. Basta lembrar que ele era um projeto ambicioso, mas que possibilitaria a produção de 25 mil barris de óleo por dia, extraído do xisto betuminoso e sem a menor dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que, quando na Liderança do PMDB também abrimos as nossas baterias com referência ao assunto, falando em nome do Partido e que condenávamos há alguns meses atrás, a possibilidade de desativação dos escritórios da PETROSIX de Curitiba e portanto, a diminuição do processo de pesquisa e industrialização, não fomos surpreendidos quando no último domingo, a imprensa publica com destaque que depois de meio ano, foi confirmada que a Usina de Xisto vai atrasar. Digo que nós não fomos surpreendidos porque sabemos da incompetência administrativa deste Governo e da falta desse Estado ser assumido, porque até agora, o último Governo do General Ney Braga e o atual Governador em exercício, esqueceram de assumir a defesa política, administrativa, financeira e social deste Estado. Continuamos dizendo que este é um Estado não assumido, porque o exemplo mais recente está exatamente que o Presidente da PETROBRÁS, Sigheaki Ueki, ao confirmar na CPI da defesa do consumidor na Câmara dos Deputados, a notícia tanto tempo já divulgada de que a Usina de Xisto de São Mateus do Sul não vai mesmo entrar em operação comercial e em 1985, com a produção de 25 mil barris diários conforme o projeto inicial.

A desmobilização começou ainda no ano passado, quando a PETROBRÁS começou a demitir e a transferir operários e funcionários que operavam neste processo e nesta iniciativa. Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós viemos à tribuna para registrar não só o protesto ao Presidente da PETROBRÁS, Sigheaki Ueki, pois pretendemos encaminhar um pedido de Telex às autoridades do setor, inclusive à Comissão Nacional de Energia, para que não seja desestimulada e sustada a atividade industrial de exploração do xisto betuminoso em São

Mateus do Sul, porque é inadmissível que nós estejamos neste ponto, quando a crise energética ainda persiste, em que o desencontro e o caos administrativo do País levou à imprevidência, de não termos tomado as atitudes que devíamos, porque enquanto o mundo inteiro estava tomando providências sérias e conseqüentes, o então Presidente General de plantão na época, Garrastazu Médici, pregava ao Brasil e ao mundo de que nós estávamos numa ilha de tranqüilidade cercada por problemas de todos os países.

Mas esta "ilha de tranqüilidade" desafogou no que nós estamos hoje, um País que chega ao ponto de ter a Petrobrás entre as dez maiores empresas, fora as dos Estados Unidos, de todo o mundo. Os últimos dados, inclusive publicados hoje na imprensa nacional, dizem que uma firma venezuelana - Petróleos da Venezuela e uma brasileira, a Petrobrás, figura entre as dez empresas industriais mais importantes do mundo, fora a dos Estados Unidos, segundo a revista "Fortune".

Obviamente, a Petrobrás está entre as dez maiores empresas mundiais escolhidas as dos Estados Unidos, e está entre as que geraram maior lucro no último exercício no mundo inteiro. E nós que temos uma posição clara, porque entendemos que a Petrobrás foi uma das principais conquistas do povo brasileiro, uma conquista que levou tantos à rua e que gerou tantas conseqüências até violentas e que por certo auxiliou a um Presidente, sucumbir e procurar a morte antes de dobrar-se a interesses estrangeiros do setor. A luta do petróleo é nossa, que foi conquistada nas ruas, nas praças, enfrentando a tudo e a todos. O monopólio estatal do petróleo, conquistado no início da década de 50, que redimencionou a estrutura de soberania política e econômica deste País, faz com que hoje nós estejamos decepcionados, porque a Petrobrás merece todo o nosso aplauso. Mas o que merece o escárnio do povo brasileiro, são os dirigentes de empresas como Petrobrás que estão desviando as suas funções e que fazem com que esta empresa venha gerar bilhões e bilhões de cruzeiros de lucro por ano. E quando nós temos a necessidade de aplicar na exploração de um produto nativo como o xisto. Pois temos a segunda, a segunda das reservas de xisto de todo o mundo. Perdemos para a reserva dos Estados Unidos e que com o aspecto ainda privilegiador, porque enquanto os Estados Unidos se obriga a fazer as escavações para procurar o xisto aqui na região de São Mateus do Sul, está sobre o solo, à disposição da mão humana, sem um mínimo de escavação, portanto, quando nós temos condições de fazer a exploração de um produto nosso, que poderia já em 85, gerar uma produção de vinte e cinco mil barris-dia de petróleo, sabendo que ainda há uma série de sub-produtos do xisto, necessários para a atividade científica da atualidade, inclusive o gás de cozinha, inclusive portanto, o gás doméstico, nós ficamos efetivamente não surpreendidos. Mas, mais uma vez, decepcionados pelo desequilíbrio administrativo, pela incompetência que hoje, graças à administração deste País e que é o exemplo mais típico está na sustação do processo acelerado de industrialização do xisto, prevista esta sustação já há 6 meses e que agora se confirma oficialmente através das palavras oficiais do Presidente da Petrobrás, Sigiaki Ueki, aliás figura que o Brasil inteiro já não aceita mais, de outros tempos e de outra atividade ministerial.

Essa desmobilização deveria merecer aqui no Paraná um fogo centrado de nossas autoridades. Procurei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o candidato ao Governo do Estado do PDS que disse que - e diz por aí - que é o grande homem do Paraná, que prega nos quatro cantos do Estado que quer ser até o Presidente deste País e que não assumiu nem a defesa do seu Estado, que não assumiu nem a defesa dos interesses do Paraná, procurei na imprensa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma palavra do atual Governador, uma palavra do ex-Governador, para que a questão do Xisto Betuminoso fosse uma questão prioritária e que nós exigíssemos do Governo Federal aquilo

que é de direito do Estado do Paraná; além de nós até auxiliarmos no direcionamento da política de pesquisa, porque o xisto está aí à flor da pele, na região de São Mateus do Sul, um produto nativo, que não tem "Royalt" para pagar que não precisa dólares para o dólares, para o seu consumo, que portanto está às mãos e temos a tecnologia que é mais importante. Há vinte e tantos anos estamos aplicando na tecnologia e hoje temos, a tecnologia da exploração do xisto é nativa, é nossa, é brasileira. E no entanto se suspende, tão somente, a usina, no seu processo de industrialização sob a alegação de que não há recursos. Será que não há recursos, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Ou será que os recursos estão sendo canalizados para outros objetivos e outros interesses que não os legítimos do povo brasileiro? Será que não há recursos quando a Petrobrás apresenta um balanço gerando bilhões e bilhões de cruzeiros de lucro no último exercício? Quando temos dados como este que a "Gazeta do Povo" publica hoje, de que a Petrobrás está entre as 10 maiores do mundo; e com um detalhe mais importante ainda, que inclusive supera a sua congênere, supera a empresa Petróleos da Venezuela, que é um produto exportador de Petróleo. A Petrobrás superou, superou em crescimento a sua similar da Venezuela, quando aquele País além de auto suficiente, pertence à OPEP, e é um dos maiores exportadores de petróleo. Pois a nossa Petrobrás, nós que somos dependentes ainda, que, portanto, não somos produtores para exportação. Que não temos a presença na Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo. Pois a nossa Petrobrás conseguiu superar em crescimento a própria empresa estatal venezuelana.

E, no entanto, não há recursos para a exploração do xisto betuminoso, produto nacional, tecnologia nativa e com um aspecto extremamente definitivo.

É que os estudos científicos provam que todo o investimento para produção e exploração do xisto produzindo petróleo, em dois anos obteríamos o retorno.

Se aplicássemos dois bilhões de dólares para gerar a produção industrial do xisto, em dois anos nós teríamos este retorno ao próprio Governo à nível de poupança, à nível de dividas, à nível de poupança inclusive, de transporte e todo custo operacional e industrial, tanto de produção, de comercialização, de distribuição e de consumo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos a esta tribuna para repudiar essa condução desastrosa da política administrativa do Governo Federal e que os gerentes estaduais repetem na mesma quantidade e qualidade.

Não é possível que o Governo deste Estado não assuma, que não venha protestar, reclamar a exigir respeito pelo que representa a produção do Estado no conserto do País.

Sem a menor dúvida, já dissemos desta tribuna e somos obrigados a repetir e não haveremos de nos cansar de repetir. Somos um Estado pródigo em produção e órfãos de representação.

O Paraná não é ouvido. O Paraná não participa das decisões. O Paraná é esquecido. É na verdade tratado como um Estado enfeitado. Este Governo do Estado do Paraná conseguiu o impossível. Conseguiu incompatibilizar-se com o Governo Federal, a prova de não termos mais ninguém, nem no 2.º escalão da União, para gerir os destinos da República Brasileira.

Portanto, é um Estado que através da falência da política oficial gera estes desastres. Suspende-se o processo de industrialização do xisto, desmobiliza-se o que havia se estruturado e fica por isso mesmo.

Enquanto isso, nós vemos que o ex-Governador, o atual Governador, realmente, estão centrando as suas preocupações na campanha eleitoral. O ex-Governador que ousa querer vender a imagem de ser um paranaense preparado para ser um Presidente da República, quando nem seu Estado não representa adequadamente, e nós ficamos, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, qual criança abandonada, órfã, desassistida, e quando surge problemas dessa espécie, onde estão as nossas vozes. Restam as vozes da Oposição, restam as vozes dos homens ligados ao Estado com raízes comerciais, com raízes sociais. Restam campanhas, como por exemplo da direção da "Gazeta do Povo que procura estimular o debate desses assuntos.

Mas de concreto, quando nós deveríamos efetivamente exigir respeito pelos nossos direitos, e que os nossos interesses legítimos fossem no mínimo respeitados nós, efetivamente, estamos aí num aguardo de algum aceno simpático da Presidência da República, da Comissão Nacional de Energia, da Petrobrás, mas, sem um mínimo de respeito, insisto pelas coisas do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao chegar ao final da presença na tribuna, é preciso manifestar concreta e decididamente: 1.º — não podemos aceitar a desmobilização do processo de industrialização do xisto, que até 85 estaria gerando mais de 25.000 (vinte e cinco mil) barris de petróleo-dia, produto nosso, produto nativo, 2.º — é inadmissível a alegação de que não há recursos.

O que não existem são prioridades legítimas, que realmente estejam ligadas aos interesses da maioria do povo brasileiro.

Por isso, nós não podemos aceitar que a Petrobrás de um lado venha promover a posição que está hoje obtendo, está entre as dez maiores do mundo, fora as empresas dos Estados Unidos.

Não podemos admitir que a empresa estatal venha obter o lucro que vem obtendo. E não vou aqui hoje discutir porque isto é uma ofensa à Nação brasileira, que essa mesma Petrobrás esteja exportando gasolina a outros países por menos da metade do preço que vende ao povo brasileiro.

Enquanto isto nós chegamos ao absurdo da incompetência que esse Governo produziu e agora, o próprio álcool estar puxando o preço da gasolina, agora não são mais os árabes os culpados pelo preço da gasolina, mas sim, os usineiros do álcool.

Quer dizer, este País virou brincadeira pelo Governo que tem, e pela sustentação política que ainda tem, embora sabemos que o próprio PDS é o braço político do Governo, é quem sustenta politicamente esse Governo.

Então nós não podemos nos calar, Sr. Presidente, como paranaenses. Que este Estado não tenha sido um Estado assumido. Este Estado está num abismo, mas está no escuro, não precisa mais de assalto. Já está no escuro. O que nós precisamos é tirar desse atolador. Nós precisamos mobilizar este Estado para que ele deixe de ser um Estado órfão, e, politicamente falido, para que venha realmente ser respeitado pelo País, pela União, pelos nossos dirigentes, e, para que o Presidente da Petrobrás não venha a repetir um comportamento como esse, desmobilizando algo que seria até sob o aspecto maior do País, uma saída alternativa dentro da estratégia maior de combate ao problema energético que grassa não só aqui como no mundo inteiro.

Sr. Presidente, perdoe-me não dar o aparte, mas fica aqui o nosso protesto e o registro de um telex à Presidência da Petrobrás, com mais um protesto por esta atitude de desmobilização do processo de industrialização do xisto.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública "A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTA-GROSSENSE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública "O SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/82, (Mens. Govern. n.º 01/82, ex-Proposição n.º 04/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e respectivamente os Municípios de Arapongas e Iporã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/82, (Mens. Govern. n.º 02/82, ex-Proposição n.º 05/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Lupionópolis e São Jerônimo da Serra, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/82, (Mens. Govern. n.º 04/82, ex-Proposição n.º 07/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/82, (Mens. Govern. n.º 05/82, ex-Proposição n.º 08/82), oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/82, (ex-Proposição n.º 04/80), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS e que aprova as contas da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, referente ao exercício financeiro de 1979.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/82, (ex-Proposição n.º 03/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS e que aprova as contas do DEPARTAMENTO DE FINANÇAS DO PODER LEGISLATIVO, referente ao exercício financeiro de 1981.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

de.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ—SECEP”, com sede e foro em Curitiba e área de atuação em todo o Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ANTÔNIO COTRIM — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

9 Srs. Deputados o aprovam; 3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 12, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/82.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 48 - 51 - 54 e 55/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 09 - 11 - 12 e 13/82; dos Projetos de Lei nºs 24/82 e 47/82.

Marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã, dia 12, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 143/81.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/82.

Levanta-se a sessão.